

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO E NO NOVO PROCESSO CIVIL	15
1. Introdução: duas metáforas sobre o Ministério Público constitucional.....	15
1.1. História e pré-história constitucional do Ministério Público.....	19
2. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988.....	26
3. A constitucionalização do processo civil e o CPC/2015.....	28
4. O Ministério Público e as normas fundamentais do Novo Código de Processo Civil.....	34
5. A parábola dos talentos e o futuro do Ministério Público.....	38
CAPÍTULO 1	
O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O MINISTÉRIO PÚBLICO CONSTITUCIONAL	41
1. Constitucionalização do direito processual e do Ministério Público	48
2. Ainda há um Ministério Público em Berlim: princípio da acionabilidade	54
3. Os “valores da lei” e a “neutralidade técnica” do Ministério Público nos Estados democráticos constitucionais	58
4. Independência, unidade e especialização: atividade tendencialmente cognitiva (interpretação realista, moderada e responsável).....	63
5. Efetividade e estímulo à proatividade positiva.....	66
CAPÍTULO 2	
O MINISTÉRIO PÚBLICO E AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.....	69

1. Constitucionalização do direito processual	73
2. Justiça multiportas e os meios de autocomposição adequados e autônomos	75
3. Processo justo (devido processo legal)	80
4. Primazia do julgamento de mérito	81
5. Boa-fé, lealdade processual e vedação do abuso de direito processual	85
6. Cooperação, colaboração e participação: a cooperação objetiva para com o processo	92
7. Contraditório	100
8. Duração razoável do processo	106
9. Autorregramento da vontade no processo: as convenções processuais e o Ministério Público	112
10. Fundamentação hermenêutica e analiticamente adequada das decisões, dos atos postulatórios e manifestações do Ministério Público	119
11. Precedentes normativos formalmente vinculantes: núcleo essencial e arco de influência em todo o procedimento	122
12. Casos repetitivos: o incidente de resolução de demandas repetitivas e os recursos especial e extraordinário repetitivos	125
13. Possibilidade de distinção nos casos repetitivos (art. 1.037, §§ 8º a 13)	127
14. Acesso às cortes supremas: o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal como cortes de precedentes	131
15. Bloco de fundamentalidade: Conselho Nacional do Ministério Público, planejamento estratégico e defesa das pessoas e dos direitos	135

CAPÍTULO 3

O MINISTÉRIO PÚBLICO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 139

1. Atuação do Ministério Público constitucional: ordem jurídica, regime democrático e interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis	142
2. Defesa de direitos ou de “interesses”?	143
3. Posições ativas e passivas do Ministério Público no processo civil: reeleitura	145

4. Fiscal da ordem jurídica para garantia dos direitos fundamentais...	149
5. A racionalização da intervenção civil: graus de interesse público, graus de indisponibilidade e o princípio da “disponibilidade motivada”	151
5.1. Obrigatoriedade da intimação (comunicação obrigatória).	151
5.2. Mandado de segurança individual (comunicação obrigatória) e mandado de segurança coletivo (intervenção obrigatória): a intervenção no mandado de segurança como exemplo de intervenção obrigatória nos processos coletivos.....	152
5.3. Poder de agenda	162
5.4. Disponibilidade motivada.....	164
5.5. Disponibilidade motivada: mediação	169
5.6. Disponibilidade motivada: exemplos	173
5.7. Disponibilidade motivada: <i>poder ativo de intervenção (dominus interventionis)</i>	174
5.8. Disponibilidade motivada: <i>poder de agência</i> (poder de agenda) e nulidades sanáveis na ausência de prejuízo ...	178
5.9. A tese de Elton Venturi: inexistência do processo por falta de intervenção	178
5.10. Intervenção como prerrogativa do Ministério Público (<i>dominus interventionis</i>)	182
6. Causas que envolvam interesse público ou social.....	187
7. Causas que envolvam interesse de incapazes: independência funcional e intervenção <i>ad coadjuvandum</i>	190
8. Participação da Fazenda Pública e intervenção do Ministério Público..	192
9. O CPC e os processos coletivos: atuação do Ministério Público	194
9.1. O litisconsórcio entre Ministérios Públicos: atribuição <i>versus</i> competência	195
9.2. Ministério Público e os direitos individuais homogêneos...	202
10. Atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica: parte no sentido processual e parte pública.....	209
11. Recurso pelo Ministério Público.....	215
12. Prazo para manifestação do Ministério Público	216

13. Segurança jurídica versus efetividade: necessidade de equilíbrio entre os dois vetores do direito processual e o formalismo-valorativo como fase metodológica do processo civil atual (inconstitucionalidade do art. 180, § 1º, CPC).....	217
14. Responsabilidade civil do membro do Ministério Público. Ação de regresso	227
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231